

CORREIO DO APOSENTADO POR MARTHA IMENES

Vitor Vasconcelos/Secom-PR



Beneficiários com senha Gov.br podem usar o aplicativo

Informe de rendimentos já está disponível no Meu INSS

Os aposentados, pensionistas e demais beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podem consultar o comprovante de rendimentos referente ao ano-calendário de 2025, documento indispensável para a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2026).

O informe reúne todos os valores recebidos pelo segurado ao longo do último ano, incluindo o 13º salário e eventuais descontos, funcionando como base oficial para o ajuste anual junto à Receita Federal. O prazo para entrega da declaração seguirá o calendário definido pelo órgão. O INSS explica que não é necessário comparecer presencialmente à uma Agência da Previdência Social.

Quem tem e não tem direito

O 13º salário é destinado a segurados e dependentes da Previdência Social que tenham recebido aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. Já os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, não têm direito ao abono, pois o benefício não está vinculado à Previdência.

Divulgação/ Freepik



Algumas despesas podem reduzir o valor do imposto

Como acessar o documento

1. Acesse meu.inss.gov.br (ou abra o aplicativo Meu INSS).
2. Faça login com CPF e senha cadastrada na plataforma Gov.br.
3. No menu principal, selecione a opção "Extrato para Imposto de Renda".
4. O informe estará disponível para visualização e download em PDF.
5. O documento também pode ser obtido no banco que o beneficiário recebe o pagamento.

Calendário vai de março a maio

A temporada de declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026, referente ao ano-base 2025, começa em março e vai até o fim de maio. Mas nem todos os contribuintes precisam prestar contas à Receita Federal. As regras de obrigatoriedade foram atualizadas após a reforma tributária sancionada em 2025, que ampliou a faixa de isenção e trouxe mudanças importantes.

Tem que declarar

- Rendimentos tributáveis: quem recebeu acima de R\$ 30.639,90 no ano de 2025.
- Isenção ampliada: a nova faixa de isenção passou para R\$ 5 mil mensais, ou seja, quem ganhou até esse valor não precisará declarar, salvo em casos específicos.
- Rendimentos superiores a R\$ 200 mil.

E ainda

- Ganhos de capital: quem teve lucro com venda de bens ou direitos, como imóveis ou ações.
- Propriedade de bens e direitos: quem possuía patrimônio acima de R\$ 300 mil em 31 de dezembro de 2025.
- Atividade rural: receita bruta superior a R\$ 153.199,50 ou que queira compensar prejuízos de anos anteriores.

O que mudou

A principal novidade é a ampliação da faixa de isenção, que passou de R\$ 2.824,00 para R\$ 5.000,00 mensais. Isso significa que milhões de brasileiros de baixa renda ficarão livres da obrigação de declarar. Por outro lado, contribuintes de alta renda terão novas regras a partir de 2027, com a criação de um imposto mínimo.

Prazo e cuidados

O prazo oficial da entrega da declaração do IR 2026, ano-base 2025, ainda será confirmado pela Receita Federal, mas deve seguir o padrão dos últimos anos: início em meados de março e término em 29 de maio de 2026. Quem perder o prazo estará sujeito a multa mínima de R\$ 165,74, podendo chegar a 20% do imposto devido.

Redução da base

Algumas despesas podem ser informadas para reduzir a base de cálculo do imposto ou aumentar a restituição, desde que o contribuinte opte pelo modelo completo. Como saúde (consultas médicas, exames, internações, cirurgias, planos de saúde, tratamentos odontológicos e psicológicos).

Dicas importantes

- Gastos com saúde não têm teto, mas são alvo de maior fiscalização da Receita.
- Despesas com educação possuem limite anual por pessoa (R\$ 3.561,50).
- É obrigatório guardar recibos, notas fiscais e comprovantes para evitar cair na malha fina e não ter restituição ou pagar imposto maior.



Pasta da Previdência Social é comandada por Wolney Queiroz

Ministério quer antecipar 13º salário de aposentados

Nota técnica vai detalhar a medida e vai para a Fazenda

Por Martha Imenes

O Ministério da Previdência Social deve antecipar o pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS para abril e maio deste ano. A pasta comandada pelo ministro Wolney Queiroz, vai preparar uma nota técnica que será enviada ao Ministério da Fazenda. O documento, segundo fontes, prevê a liberação do abono em duas parcelas de 50% e deve injetar cerca de R\$ 78 bilhões na economia, beneficiando aproximadamente 35 milhões de pessoas. Para que o pagamento seja efetivado, será necessária a edição de um decreto presidencial até o início de abril.

O 13º é destinado a segurados e dependentes da Previdência Social que tenham recebido aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. Já os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, não têm direito ao abono, pois o benefício não está vinculado à Previdência.

O pagamento seguirá o calendário do INSS, que ocorre entre o fim de cada mês e o início do seguinte.

O 13º era pago em agosto e novembro, mas desde 2020 o governo passou a antecipar o benefício para o primeiro semestre, inicialmente como resposta à pandemia de Covid-19.

Nos anos seguintes, a prática foi mantida e consolidada como política de apoio ao consumo. Em 2024 e 2025, decretos presidenciais confirmaram o pagamento em abril e maio, e em 2026 a expectativa é de continuidade, com decreto previsto para o início de abril.

Especialistas avaliam que a antecipação se consolidou como uma ferramenta de política econômica, sem impacto fiscal adicional, mas com efeitos positivos sobre consumo e arrecadação. "Para aposentados e pensionistas, tornou-se um recurso esperado já no primeiro semestre, alterando hábitos financeiros e fortalecendo o mercado interno", avalia Gilberto Braga, economista e professor do Ibmecc.

Impacto econômico

O impacto da medida é sentido em diversos setores. No comércio varejista, supermercados, farmácias e lojas de vestuário registram aumento imediato nas vendas. Nos serviços, academias, clínicas médicas, salões de beleza e turismo recebem impulso, enquanto na indústria a maior circulação de dinheiro fomenta a produção de bens duráveis, como eletrodomésticos e móveis. "O sistema financeiro também é beneficiado, com redução da inadimplência, já que muitos aposentados usam o abono para quitar dívidas ou renegociar créditos", finaliza.